

**ASSINATURA
ILIMITADA**

11

Esta é sua chance de entrar para o serviço público neste ano. Estude com a plataforma mais completa do mercado e que mais aprova em concursos públicos.

QUERO GARANTIR MINHA
ASSINATURA ILIMITADA 11



GRAN
CONCURSOS



02	PAULO MANOEL MARTINS DE FARIAS	019.578.084-11	2022-09052
03	SUELI SILVA DE ALMEIDA - XEXEU TAMBABAR	27.123.536/0001-50	2022-11856
04	AUGUSTO GONÇALVES SARMENTO- M & M PRODUTOS ALIMEN- TICIOS	19.289.072/0001-29	2023-02541
05	BRUNO DA SILVA	012.305.324-20	2023-00556
06	CSQ AQUARELA EASY HOME CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES SPE LTDA	29.149.917/0001-34	2023-00958
07	FRANCINALDO LOPES DA SILVA	000.814.324-29	2023-00804
08	JEFFERSON CONEGUNDES MONTEIRO	709.534.784-08	2023-00707
09	JOSÉ EMERSON CIPRIANO DA SILVA	709.147.064-89	2023-00711
10	JOSÉ SOUZA DA SILVA FILHO	130.056.954-92	2023-00704
11	JOSEFA EMÍLIA DIONÍSIO DE OLIVEIRA	029.812.964-77	2023-05647
12	LEONILTON PEREIRA DA SILVA	103.275.294-74	2023-01130
13	MARCOS JOSÉ DA SILVA	854.902.294-20	2023-01525
14	RAFAEL SOARES DA SILVA	116.526.094-82	2023-00701
15	RONALDO FERNANDES DOS SANTOS- RONALTY GÁS	08.345.382/0002-88	2023-01045
16	VALÉRIO SOARES BRITO	290.739.728-17	2023-01857
17	SEBASTIÃO CARLOS DE OLIVEIRA FILHO	034.104.774-03	2023-01106
18	SEVERINO TAVARES DA SILVA	568.716.604-10	2023-02638
19	FOSS & CONSULTORES LTDA	35.297.969/0001-50	2024-01758
20	FOSS & CONSULTORES LTDA	35.297.969/0001-50	2024-01701
21	FRANCISCO DANTAS DA SILVA	091.180.294-00	2024-02432
22	NA INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA (CONDOMÍNIO RE- SIDENCIAL)	27.767.419/0001-20	2024-01043

João Pessoa, 13 de maio de 2026.

MARCELO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
DIRETOR SUPERINTENDENTE

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 067/2026

A SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 08.329.849/0001-15, com fundamento nos artigos 37 e 225 da Constituição Federal, torna público o Processo Administrativo nº 2023-00570, em nome de DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS PARAHYBA - LTDA - CPF/CNPJ nº 04.782.925/0001-92, informando-o que após consulta em nosso sistema SIGMA desta autarquia, verificou-se a inexistência de uma licença vigente associada ao empreendimento em questão emitida por este órgão. Ademais, foi apresentada a Licença de Regularização de Operação nº 011/2023, emitida pela Prefeitura Municipal de Bayeux. Contudo, esclarece-se que, em conformidade com os procedimentos estabelecidos, a competência para o licenciamento da atividade é de responsabilidade exclusiva desta Autarquia, em razão do porte da atividade e do seu potencial poluidor, classificado como GRANDE, devendo o licenciamento ambiental ser requerido perante a SUDEMA.

O atendimento presencial na SUDEMA está sendo feito mediante agendamento no site desta autarquia: sigma.pb.gov.br. Caso persistam dúvidas, a Procuradoria Jurídica da SUDEMA encontra-se à disposição nos números (83) 3690-1955 e 99907-1336, ou através do endereço de e-mail: juridicosudema@gmail.com.

João Pessoa, 13 de maio de 2026.

MARCELO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Diretor Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 068/2026

A SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 08.329.849/0001-15, com fundamento nos artigos 37 e 225 da Constituição Federal, torna público o Processo Administrativo nº 2025-04173, em nome de SYDMAR DA SILVA SOARES – CPF nº 046.156.804-73, informando que a defesa administrativa apresentada (SUD- -CAP-2025/02230) não foi conhecida, em razão do descumprimento das exigências previstas no Decreto Estadual nº 44.889/2024, que dispõe:

“Art. 121.O autuado poderá ser representado por advogado ou por procurador legalmente constituído, devendo anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração, sob pena de não conhecimento.

Art. 122.A defesa não será conhecida quando apresentada:

IV - sem a devida assinatura do autuado ou do procurador legalmente constituído, nos termos do art. 121.” Considerando que o Auto de Infração foi lavrado em face do interessado mencionado e que a defesa apresentada não atende às exigências formais acima mencionadas, não é possível o seu reconhecimento. O atendimento presencial na SUDEMA está sendo realizado através de agendamento no site da Autarquia. Caso persistam dúvidas, a Procuradoria Jurídica da SUDEMA encontra-se à disposição para atendê-lo nos números (83) 3690-1955 e (83) 9907-1336 ou através do e-mail juridicosudema@gmail.com.

João Pessoa, 13 de maio de 2026.

MARCELO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Diretor Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 069/2026

A SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente, pessoa jurídica de Direito Público, CNPJ nº 08.329.849/0001-15, com arrimo nos arts. 37 e 225 da Constituição Federal, bem como na Lei Estadual nº 4.335/1981 e nº 12.700/2023, bem como em conformidade com o Decreto Estadual nº 44.889/2024 e a Lei Estadual nº 4.335/1981, convoca os abaixo relacionados a comparecerem a esta Autarquia no prazo de 05(cinco) dias para quitação do débito. Em caso de não concordância com a decisão, fica aberto o prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de recurso administrativo, a partir da data da publicação deste edital, sob pena de negativação no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC e no lançamento do débito na Dívida Ativa para posterior cobrança judicial e consequente execução.

O atendimento presencial na SUDEMA é realizado apenas mediante agendamento no site da Autarquia: https://sigma.pb.gov.br.A protocolização de documentos diversos pode ser realizada através do e-mail: protocolo@sudema.pb.gov.br.Caso persistam dúvidas, a Procuradoria Jurídica da SUDEMA encontra-se à disposição para atendê-lo nos números (83) 9907-1336 e 3690-1955 ou através do e-mail: juridicosudema@gmail.com.

Nº	CLIENTE	CNPJ/CPF	Nº PROCESSO
01	AFONSO PEREIRA DE ALENCAR	156.434.765-68	2024-06681
02	ESPEDITO BENTO DE AZEVEDO	29.237.004/0001-70	2024-04691
03	JOSÉ INALDO DA SILVA	073.021.874-01	2024-11764
04	MARCOS ANTÔNIO DE FARIAS AZEVEDO	374.013.864-53	2024-07239
05	MARCIANO SANTOS SILVA	084.026.504-22	2024-03275
06	MATHEUS ANTONY DA COSTA	168.247.644-85	2024-04359
07	PRISCILA TAMARA DA SILVA BARROS	059.392.694-35	2024-11230
08	A&C SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA	26.401.366/0001-66	2025-01823
09	ANNA PAULA SILVA	34.202.584/0001-08	2025-04481
10	ANTÔNIO CARLOS SARAIVA TORRES (CASA DO PÃO)	831.884.104-25	2025-04903
11	FRANÇA COMBUSTÍVEIS LTDA	09.359.690/0001-44	2025-00644
12	JOÃO BATISTA LOPES NUNES	886.119.574-15	2025-02964
13	JONIELSON BENTO DA COSTA	35.429.332/0001-70	2025-01241
14	JOSE ARAUJO	09.225.665/0001-78	2025-01427
15	JOSÉ LÉ DA SILVA IRMÃO	659.350.804-78	2025-05246
16	JOSÉ MANOEL DA SILVA	629.549.624-53	2025-04016
17	PB AMBIENTAL GESTÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	13.992.299/0001-50	2025-01813
18	PAULO SERGIO DOS SANTOS SILVA	194.636.948-97	2025-04139
19	RBS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	18.709.958/0001-11	2025-12191
20	ROSANGELA PESSOA DO NASCIMENTO - FRIGOFRANGO	17.776.679/0001-08	2025-06381
21	YAN MEDEIROS BARBOSA CAMBOIM	064.732.144-02	2025-00333

João Pessoa, 13 de maio de 2026.

MARCELO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Diretor Superintendente

Companhia de Desenvolvimento da Paraíba - CINEP

EDITAL E AVISO

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA -CINEP
CNPJ(MF) Nº 09.123.027/0001-46
JOÃO PESSOA-PARAÍBA

EDITAL 003/2026

EDITAL Nº 003 DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Pelo presente Edital, convidamos os acionistas da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA -CINEP, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, em primeira convocação, às 08:30 (oito horas e trinta minutos) do dia 27 de maio de 2026 na modalidade vídeo conferência através da plataforma digital MEET, quando serão tratados os seguintes assuntos: I- Posse do Conselho Fiscal para o mandato 2026/2027; Posse dos membros suplentes do Conselho de Administração da Cinep; II- Doação de área à ENERGISA PARAÍBA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., destinada à implantação de Subestação de Distribuição no Polo Turístico Cabo Branco; III-Doação de área destinada à regularização da ocupação do BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL no Polo Turístico Cabo Branco. AVISO AOS ACIONISTAS: Comunicamos aos senhores acionistas que os documentos a que se referem o Art. 133 da Lei 6.404/76 e legislação complementar se encontram à disposição na sede social da Empresa localizada na Rua Feliciano Cirne, 50 – Jaguaribe, João Pessoa-PB.

João Pessoa, 12 de maio de 2026.

RÔMULO SOARES POLARI FILHO
DIRETOR PRESIDENTE-CINEP

Universidade Estadual da Paraíba

EDITAL E AVISO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB

EDITAL NORMATIVO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2026 – UEPB

A Reitora da Universidade Estadual da Paraíba, Professora Doutora Célia Regina Diniz, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto da Instituição, em atenção à necessidade de reposição do quadro de servidores técnico-administrativos, faz publicar o presente Edital de Concurso Público, para o preenchimento de vagas para funções Técnicas Administrativas nos diversos Campi da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. O presente Concurso Público está sendo realizado em cumprimento à RESOLUÇÃO/UEPB/CONSUNI/003/2026, de 10 de fevereiro de 2026, que determinou a abertura de Concurso para Provimento de Funções de servidores técnico-administrativos e será regido de acordo com a Legislação pertinente e com as instruções do presente Edital para todos os efeitos, a saber:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A Comissão Organizadora do Concurso Público, responsável pela supervisão e fiscalização de todas as fases do certame, e instituição especializada responsável pela execução do Concurso Público é a Comissão Permanente de Concursos da Universidade Estadual da Paraíba – CPCon.

1.2. Serão ofertadas 08 vagas para Ampla Concorrência (AC).

1.3. Não haverá, por parte da UEPB, em nenhuma hipótese, fornecimento de transporte, hospedagem e/ou alimentação para os candidatos no(s) dia(s) de prova, eximindo-se inclusive das despesas com



viagem, sendo de responsabilidade deles verificar com antecedência o local de provas disponibilizado conforme Anexo I.

1.4. O Concurso será realizado em mais de uma etapa, assim constituídas:

1.4.1. Avaliação de conhecimentos através de **prova escrita objetiva de caráter eliminatório e classificatório** para todas as funções;

1.4.2. Avaliação de habilidades e competências através de **prova prática de caráter eliminatório e classificatório para as funções de Auxiliar de Laboratório de Fotografia - CCSA/Campus I, Técnico em Agropecuária - CCAA/Campus II, Técnico em Prótese Dentária - CCBS/Campus I, Técnico em Laboratório de Física - CCTS/Campus VIII, Técnico em Radiologia - CCBS/Campus I e Técnico em Radiologia - CCTS/Campus VIII.**

1.5. Todas as publicações do certame, inclusive os anexos abaixo listados, estão disponibilizadas no endereço eletrônico <https://cpcon.uepb.edu.br/uepb-002-2026/>.

1.6. O **Cronograma Provisório** consta no **Anexo I** deste edital.

1.7. O **Conteúdo Programático** está presente no **Anexo II** deste edital.

1.8. As **Atribuições da Função** constam no **Anexo III** deste edital.

1.9. A **Declaração de Uso de Nome Social** consta no **Anexo IV** deste edital.

1.10. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital normativo, devendo preencher o formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/ZFKEUSANqYZSrB57> no prazo informado no **Anexo I**.

2. DAS FUNÇÕES

2.1. Todas as funções serão regidas pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme a denominação, pré-requisitos e salário-base inicial regidos pela legislação específica e especificados neste documento.

2.2. A função oferecida, a lotação inicial, o número de vagas, requisito mínimo, jornada de trabalho e vencimento básico estão discriminados no quadro abaixo:

FUNÇÃO DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

Nº	FUNÇÃO	LOTAÇÃO INICIAL	VAGAS (AC)	REQUISITO MÍNIMO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BÁSICO
01	Auxiliar de Laboratório de Fotografia	CCSA/Campus I	02	Ensino Fundamental Completo + Curso Profissionalizante totalizando no mínimo 160h/aula	40h	RS 2.104,23

AC: Ampla concorrência.

FUNÇÕES DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO COMPLETO

Nº	FUNÇÃO	LOTAÇÃO INICIAL	VAGAS (AC)	REQUISITO MÍNIMO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BÁSICO
02	Técnico em Agropecuária	CCAA/Campus II	01	Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área + Registro no Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas - CFTA	40h	RS3.768,36
03	Técnico em Prótese Dentária	CCBS/Campus I	01	Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área + Registro no Conselho Regional de Odontologia	40h	RS3.768,36
04	Técnico em Laboratório de Física	CCTS/Campus VIII	01	Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área	40h	RS3.768,36
05	Técnico em Radiologia	CCBS/Campus I	01	Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área + Registro no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia	24h	RS3.768,36

AC: Ampla concorrência.

2.3. Ao valor referente ao vencimento básico, poderão ser somadas gratificações, adicionais e outras vantagens legalmente atribuídas à função.

2.4. O requisito mínimo e as demais exigências da função deverão ser comprovados quando da posse do candidato, e a não apresentação de quaisquer documentos que comprovem as condições exigidas implicará na exclusão do candidato, de forma irrecorrível.

3. DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO

3.1. Estarão isentos da taxa de inscrição do certame para as funções ofertadas todos os candidatos que, comprovadamente, se enquadrarem no que determina a Lei Estadual nº 7.716, de 28 de dezembro de 2004 (doadores de sangue); Lei Estadual nº 8.483, de 09 de janeiro de 2008 (doadores de leite materno); Lei Estadual nº 8.819, de 12 de junho de 2009 (doadores de medula óssea); Lei Estadual nº 11.501, de 08 de novembro de 2019 (transplantados e doadores de medula óssea inscritos no CadÚnico) e Lei Estadual nº 14.372, de 22 de abril de 2026 (mulheres vítimas de violência doméstica e familiar).

3.2. Os interessados em solicitar a isenção deverão preencher formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/KkPKQuJm8MHAgeE39> e fazer a solicitação de isenção através da área do candidato do SIGEPS, de acordo com o procedimento a seguir:

3.2.1. Acesse <https://sistemas.cpcon.uepb.edu.br/sigeps-app/login>

3.2.2. Se for cadastrado, faça seu login; caso contrário, cadastre-se e faça seu login

3.2.3. Clique em Concursos

3.2.4. No banner de seu concurso, clique em "TENHO INTERESSE"

3.2.5. Clique em "SOLICITAR ISENÇÃO"

3.2.6. Selecione o tipo da isenção

3.2.7. No campo "Descrição da solicitação de Isenção", digite "Solicito Isenção"

3.2.8. Clique em "SOLICITAR ISENÇÃO"

3.2.9. Acesse <https://forms.gle/KkPKQuJm8MHAgeE39>

3.2.10. Preencha as informações solicitadas, inclusive inserindo a documentação informada no subitem a seguir

3.3. Para análise da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve enviar, no formulário disponível em <https://forms.gle/KkPKQuJm8MHAgeE39>

3.3.1. Obrigatoriamente, no caso de doador de medula óssea, doadora de leite materno ou doador de sangue, declaração do órgão competente com as datas das doações;

3.3.2. Obrigatoriamente, no caso de enquadrar-se na Lei Estadual nº 11.501/2019, o candidato deverá encaminhar extrato do NIS, comprovando pertencer à família inscrita no CadÚnico e declaração hospitalar certificando que o candidato é transplantado ou doador.

3.3.3. Obrigatoriamente, no caso de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, comprovação de que possui o direito conforme a legislação;

3.3.4. Facultativamente, cópia de documento oficial com foto com número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF

3.4. O requerimento de isenção é realizado exclusivamente via internet e somente será considerada válida

a última solicitação de isenção.

3.5. As informações prestadas pelo candidato são de sua inteira responsabilidade, respondendo civil e criminalmente pelo teor das afirmativas.

3.6. Não será concedida isenção de pagamento do valor de inscrição ao candidato que:

3.6.1. Deixar de efetuar a solicitação de isenção conforme subitem 3.2;

3.6.2. Não encaminhar a documentação comprobatória informada no subitem 3.3;

3.6.3. Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

3.6.4. Não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos neste capítulo;

3.6.5. Não teve sua condição verificada após validação de dados junto ao CadÚnico e/ou ao REDOME.

3.7. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas na lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal nº 83.936/1979.

3.8. A qualquer tempo poderão ser realizadas diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo-se ou não seu pedido.

3.9. O candidato que não cumprir o disposto neste capítulo será excluído do processo de isenção.

3.10. O candidato que tiver sua solicitação de isenção indeferida, poderá encaminhar recurso para a CPCon, conforme as normas definidas no capítulo 13.

3.11. O candidato, independentemente de ter seu requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição deferido ou indeferido, deverá, no prazo previsto no Anexo I, realizar sua inscrição e, caso tenha seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição e/ou seu recurso indeferidos deverá gerar o boleto correspondente e efetuar seu pagamento até a data limite.

3.12. PARA OS CANDIDATOS QUE TIVERAM SEU PEDIDO DE ISENÇÃO DEFERIDO, SOMENTE SERÁ CONSIDERADA VÁLIDA A ÚLTIMA INSCRIÇÃO EFETUADA POR TURNO DE APLICAÇÃO, OU SEJA, CASO O CANDIDATO EFETUE VÁRIAS INSCRIÇÕES PARA FUNÇÕES COM PROVA NO MESMO TURNO, APENAS A ÚLTIMA SERÁ CONSIDERADA VÁLIDA, SENDO AS DEMAIS INSCRIÇÕES EXCLUÍDAS.

3.13. Caso o candidato tenha sua isenção indeferida, mesmo após a interposição do recurso, deverá gerar o boleto e efetuar o pagamento para ter sua inscrição homologada.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A inscrição do candidato implicará na ciência e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

4.2. Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor da taxa de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Concurso Público.

4.3. No momento da inscrição, o candidato deverá assinalar concordância com os termos que constam neste Edital, acarretando a aceitação de que seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do certame, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção. Concorda também com a autorização da divulgação do nome, número de inscrição, critério de desempate e nota, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

4.4. Não serão fornecidas a terceiros informações e/ou dados pessoais, sensíveis ou não, de outros candidatos.

4.5. As inscrições ficam abertas por meio da internet durante o período informado no Anexo I e serão realizadas exclusivamente pela internet, não sendo enviado e-mail com confirmação de inscrição.

4.6. Para efetuar a inscrição o candidato deverá acessar a área do candidato do SIGEPS, de acordo com o procedimento a seguir:

4.6.1. Acesse <https://sistemas.cpcon.uepb.edu.br/sigeps-app/login>

4.6.2. Se for cadastrado, faça seu login; caso contrário, cadastre-se e faça seu login.

4.6.3. Clique em Concursos

4.6.4. No banner de seu Concurso, clique em "TENHO INTERESSE"

4.6.5. Clique em "QUERO ME INSCREVER"

4.6.6. Selecione o nível de escolaridade do cargo e, em seguida, o cargo.

4.6.7. Caso necessite de atendimento especial durante a realização da prova, clique em "sim" e informe o tipo de atendimento. LEMBRE DE PREENCHER O FORMULÁRIO DISPONÍVEL EM <https://forms.gle/KkPKQuJm8MHAgeE39>, ANEXANDO A DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA NECESSIDADE ESPECIAL.

4.6.8. Caso haja vaga reservada para pessoa com deficiência e queira concorrer a ela, clique em "sim". LEMBRE DE PREENCHER O FORMULÁRIO DISPONÍVEL EM <https://forms.gle/KkPKQuJm8MHAgeE39>, ANEXANDO A DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA RESERVA DE VAGA.

4.6.9. Caso tenha exercido a função de jurado e queira ter o benefício no critério de desempate, clique em "sim". LEMBRE DE PREENCHER O FORMULÁRIO DISPONÍVEL EM <https://forms.gle/KkPKQuJm8MHAgeE39>, ANEXANDO A DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE JURADO.

4.6.10. Após a leitura integral deste edital, declare conhecer e aceitar todas as normas do edital do Concurso clicando no campo correspondente.

4.6.11. Clique em "CONFIRMAR INSCRIÇÃO"

4.6.12. Responda a caixa de diálogo "Está certo de que deseja se inscrever neste Concurso?" pressionando OK.

4.6.13. Caso tenha seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição e/ou seu recurso indeferidos, clique em "GERAR BOLETO".

4.6.14. Imprima o boleto bancário, com o valor total do documento correspondente à taxa de inscrição e efetue o pagamento.

4.7. O descumprimento das instruções para inscrição implicará na não efetivação da inscrição.

4.8. O valor da taxa de inscrição correspondente à opção da função será:

4.8.1. Função de Nível Fundamental Completo: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);

4.8.2. Função de Nível Médio/Técnico Completo: R\$ 95,00 (noventa e cinco reais);

4.9. O boleto bancário deverá ser quitado até a data prevista no Anexo I.

4.10. O candidato poderá realizar mais de uma inscrição, mas caso o faça para funções de mesmo nível de escolaridade e/ou com horário de prova idêntico, deverá decidir, no dia da realização da prova objetiva, para qual função deseja realizar a prova, sendo vedada a devolução da taxa de inscrição paga referente a função não escolhida.

4.10.1. No caso de o candidato inscrever-se para funções de níveis diferentes e horário de provas distintas, não será necessário escolher para qual função deseja realizar a prova, uma vez haver compatibilidade de horário.

4.11. Não serão consideradas válidas para efeito de homologação de inscrição o pagamento do boleto bancário através de depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile (FAX), DOC, TED, PIX, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.

4.11.1. Eventual ingresso financeiro em conta da Universidade Estadual da Paraíba diverso do pagamento de boleto bancário não será reembolsável, implicando na não efetivação da inscrição e sendo tratado como doação para o ente público.

4.12. As informações prestadas no formulário eletrônico de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se às partes contratantes o direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher o formulário de forma completa e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

4.13. Não serão aceitos pedidos de alteração de função depois de efetuada a inscrição ou mesmo transferência de titularidade da inscrição para pessoa diferente daquela que a realizou.

4.13.1. Fica vedada a devolução da taxa de inscrição, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência ou interesse da Universidade, hipótese em que os candidatos deverão aguardar recebimento de comunicação eletrônica por parte da CPCCon com as instruções para solicitação da devolução da taxa de inscrição.

4.13.2. Após eventual comunicação eletrônica de que trata o subitem anterior, o candidato deverá encaminhar a solicitação com toda a documentação que lhe for solicitada no prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de a taxa de inscrição ser convertida em doação em favor da Universidade Estadual da Paraíba.

4.14. A CPCCon não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados.

4.15. No ato da inscrição o candidato deve informar se necessita de atendimento especial e enviar a documentação comprobatória através do formulário disponível em <https://forms.gle/KkPKQuJm8MHAgeE39>, observando em todo o caso o disposto no capítulo 5.

4.16. O candidato transgênero/travesti/transexual que desejar ser tratado pelo nome social durante a realização das fases do Concurso Público deverá, conforme prazos descritos no Anexo I deste Edital:

4.16.1. Assinalar no sistema de inscrição a opção correspondente à utilização de nome social durante a realização das provas, informando o nome pelo qual deseja ser tratado;

4.16.2. Imprimir, preencher e assinar a declaração que se encontra no Anexo IV deste Edital, enviando-a até o término das inscrições, através do formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/KkPKQuJm8MHAgeE39>.

4.17. O candidato que tenha exercido a função de jurado após a publicação da Lei nº 11.689/2008 e deseje ser reconhecido o exercício de tal função, deverá solicitar, durante o prazo previsto no Anexo I, a participação no certame nessa condição, encaminhando documento que comprove a sua participação no pleito, através do formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/KkPKQuJm8MHAgeE39>.

4.18. Não será considerado como documento que comprove a condição referida no caput a carta de intimação para comparecer à sessão do Tribunal do Júri, devendo ser enviado declaração de comparecimento ou certidão emitida por servidor atestando a efetiva participação do candidato na função de jurado.

4.19. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente o estabelecido neste Edital.

5. DAS VAGAS RESERVADAS

5.1. As pessoas com algum tipo de deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal é assegurado o direito de inscrição para os cargos em Concurso Público, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

5.2. Em cumprimento à legislação, embora não se imponha reserva imediata de vaga PCD quando o total é inferior a 5, considerando recomendação do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, os candidatos que queiram ser listados como pessoa com deficiência devem enviar laudo médico nos termos deste capítulo e serão nomeados na proporção 20 para 1, isto é, a cada 20 candidatos nomeados para a função, o vigésimo será oriundo da lista de candidatos com deficiência até que não haja candidatos na lista.

5.3. A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo é obstáculo à posse no Concurso Público, não obstante a inscrição ou o exercício das atribuições pertinentes ao cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual.

5.4. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

5.5. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

5.5.1. De forma particular, à luz do disposto no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, é considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

5.5.1.1. deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da carga física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, tripararesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

5.5.1.2. deficiência auditiva – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

5.5.1.3. deficiência visual – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

5.5.1.4. deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

5.5.1.4.1. comunicação;

5.5.1.4.2. cuidado pessoal;

5.5.1.4.3. habilidades sociais;

5.5.1.4.4. utilização dos recursos da comunidade;

5.5.1.4.5. saúde e segurança;

5.5.1.4.6. habilidades acadêmicas;

5.5.1.4.7. lazer; e

5.5.1.4.8. trabalho.

5.5.1.5. deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

5.5.2. Também são considerados pessoa com deficiência, o portador de visão monocular, de acordo com a Lei Estadual nº 9.899, de 05 de outubro de 2012, o candidato com transtorno do espectro autista, nos termos da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o candidato com surdez unilateral, nos termos da Lei Estadual nº 10.971, de 19 de setembro de 2017, o candidato com doença renal crônica, nos termos da Lei Estadual nº 11.299, de 23 de janeiro de 2019, o candidato com fibromialgia, nos termos da Lei Estadual nº 13.265, de 27 de maio de 2024, e o portador de má-formação congênita Fissura Labio-

palatina e/ou anomalias craniofaciais, e síndromes correlatas, salvo aquelas consideradas reabilitadas, de acordo com a Lei Estadual nº 13.574, de 06 de março de 2025.

5.6. As pessoas com deficiência que se inscreverem para a mesma função concorrerão apenas entre si e participação em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para os demais candidatos.

5.7. Se a pessoa com deficiência necessitar de atendimento especial para realização da prova objetiva, deverá requerê-lo nos termos do capítulo 6 e do subitem 5.6.7.

5.8. Ao efetuar sua inscrição, o candidato deverá estar ciente das atribuições da função para a qual pretende inscrever-se e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito a avaliação pelo desempenho dessas atribuições para fins de habilitação no estágio probatório.

5.9. No período de inscrições, o candidato deverá encaminhar, através do formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/KkPKQuJm8MHAgeE39>, laudo médico digitalizado que tenha sido expedido em no máximo 1 (um) ano antes do início das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

5.9.1. No caso de deficiências congênicas ou adquiridas irreversíveis, será aceito laudo ou outro documento médico com prazo superior a 1 (um) ano, desde que conste expressamente a irreversibilidade da deficiência ou que, caso não esteja expresso, seja facilmente percebida a irreversibilidade da deficiência em simples análise da documentação.

5.9.2. O envio da documentação para concorrer à vaga reservada a pessoa com deficiência não exime o candidato de enviar a documentação para atendimento especial caso deseje.

5.9.3. Os candidatos que, dentro do período de inscrições, não encaminharem a documentação comprobatória de sua deficiência perderão o direito a concorrer às vagas reservadas, passando a concorrer às vagas destinadas à ampla concorrência.

5.10. A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em listas distintas, uma contendo a pontuação de todos candidatos e outra contendo a pontuação apenas dos candidatos listados como pessoas com deficiência.

5.11. A pessoa com deficiência que tenha sido aprovada no Concurso Público deverá submeter-se a perícia médica a ser realizada por equipe multiprofissional indicada pela Universidade Estadual da Paraíba, composta por profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, objetivando verificar se a deficiência se enquadra em previsão normativa, bem como avaliar a compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo a ser ocupado, observadas, ainda, as seguintes disposições:

5.11.1. A avaliação multiprofissional tem caráter terminativo;

5.11.2. Será eliminado do Concurso a pessoa com deficiência incompatível com a função pretendida, após análise da equipe de avaliação multiprofissional.

5.11.2.1. As vagas reservadas a pessoas com deficiência que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Concurso Público ou na perícia médica serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem classificatória.

5.12. Ficam reservadas à população negra 20% (vinte por cento) das vagas ofertadas, considerando o disposto a seguir, nos termos da Lei Estadual nº 12.169/2021:

5.13. A reserva de vagas é obrigatória, nos termos do §1º do art. 1º da Lei Estadual nº 12.169/2021, sempre que o número de vagas ofertadas para a função, consideradas a regionalização e a especialidade, for igual ou superior a 3 (três).

5.14. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, esse será aumentado para o número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), conforme §2º do art. 1º, da Lei Estadual nº 12.169/2021.

5.15. Nos termos do §3º do art. 1º da Lei Estadual nº 12.169/2021, para fazer jus à reserva de vagas, o candidato deve ter cursado, pelo menos, um ano do ensino médio em escola pública e deverá, no momento do preenchimento da inscrição, comprovar renda bruta familiar per capita igual ou inferior a

5.16. 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio), mediante apresentação das cópias das duas últimas declarações do IRPF e do recibo de entrega de todos os membros da família que declaram ou, em caso de inexistência desta, outro meio comprobatório idôneo que comprove a situação específica de cada integrante do grupo familiar.

5.17. Poderão concorrer às vagas reservadas à população negra aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição do certame, conforme o quesito “cor” ou “raça”, utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e que contemplem os requisitos indicados na Lei Estadual nº 12.169/2021, sendo vedada qualquer solicitação por parte do candidato após a conclusão da inscrição.

5.18. Nas demais funções, pela inexistência de vagas suficientes em que possam ser aplicadas as normas legais, não haverá reserva para candidatos pretos e pardos.

5.19. No ato de cadastro no SIGEPS, o candidato deve informar que é preto ou pardo;

5.20. A autodeclaração poderá ser feita até o término das inscrições, sendo considerada válida a raça/cor constante no SISTEMA no último dia de inscrições.

5.21. No momento da inscrição, os candidatos que desejarem concorrer às vagas reservadas a pretos e pardos deverão preencher o formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/KkPKQuJm8MHAgeE39>, dentro do prazo do período das inscrições com a documentação que comprove atender aos requisitos legais (ter cursado, pelo menos, um ano do ensino médio em escola pública e renda), não sendo analisados os documentos enviados fora do prazo.

5.22. O candidato que tenha se autodeclarado preto ou pardo terá seu desempenho verificado junto aos candidatos que concorrem à ampla concorrência e junto aos candidatos que concorrem à reserva de vagas para candidatos negros.

5.23. A documentação enviada pelo candidato será válida apenas para o presente certame e não vincula a administração pública em relação a outros Concursos.

5.24. Os procedimentos de heteroidentificação serão promovidos pela Comissão de Heteroidentificação, que fará publicar em seu endereço eletrônico os procedimentos necessários.

5.25. Será eliminado do certame o candidato preto ou pardo que não comparecer ao procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração ou que não for reconhecido como preto ou pardo pela Comissão de Heteroidentificação.

5.26. O candidato preto ou pardo que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste capítulo, não poderá alegar a referida condição em seu benefício e não será facultado impetrar recurso em favor de sua condição.

5.27. A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em listas distintas, uma contendo a pontuação de todos candidatos e outra contendo a pontuação apenas dos candidatos listados como pessoa preta ou parda.

5.28. A não observância, pelo candidato, de quaisquer das disposições deste capítulo implicará a perda do direito à contratação para as vagas reservadas às pessoas pretas ou pardas.

5.29. A documentação enviada pelo candidato será válida apenas para o presente certame e não será devolvida.



5.30. O preenchimento de eventuais novas vagas para as funções obedecerá à proporção 5 para 1, isto é, a cada 5 candidatos nomeados para a função, o quinto será oriundo da lista de candidatos da população negra até que não haja candidatas na lista.

6. DO ATENDIMENTO ESPECIAL

6.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para realização da prova deverá solicitá-la no ato da inscrição, selecionando o tipo de atendimento desejado e encaminhar, através de formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/KkPKQuJm8MHAgeE39>, documento assinado por médico da especialidade relacionada ao atendimento que comprove a necessidade desejada.

6.2. Caso o candidato após concluir sua inscrição, necessite de atendimento especial para realização da prova, deverá solicitá-lo até o término das inscrições, enviando o documento assinado por médico da especialidade relacionada ao atendimento que comprove a necessidade desejada da forma especificada no item anterior.

6.2.1. O atendimento de necessidade especial concedido a candidato que não enviar a documentação até o término das inscrições dependerá da conveniência e oportunidade administrativas, podendo ser negado se houver impossibilidade de atendê-lo.

6.2.2. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

6.3. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar atendimento especial nos termos deste Edital, informando a opção "Atendimento Especial" em campo próprio do sistema de inscrição e enviar a certidão de nascimento da criança ou documento expedido por médico atestando que, no dia do Concurso, a candidata irá amamentar.

6.3.1. A candidata lactante deverá, obrigatoriamente, levar um acompanhante adulto no dia de aplicação das provas, que ficará em sala reservada, sendo responsável pela guarda do lactente (o bebê) durante a realização das provas.

6.3.2. É vedado ao acompanhante da candidata lactante o acesso às salas de provas.

6.3.3. O acompanhante da candidata lactante deverá cumprir as obrigações constantes deste Edital, inclusive em relação ao horário de fechamento dos portões, sob pena de eliminação da candidata lactante no Concurso Público.

6.3.4. Qualquer contato entre a candidata lactante e o acompanhante responsável durante a realização das provas deverá ser presenciado por um fiscal.

6.3.5. Não será permitida a entrada do lactente e de seu acompanhante responsável após o fechamento dos portões.

6.3.6. A candidata lactante não poderá ter acesso à sala de provas acompanhada do lactente.

6.3.7. Não será permitida, em hipótese alguma, a permanência do lactente (o bebê) no local de realização de prova sem a presença de um acompanhante adulto.

6.4. As pessoas com deficiência visual (amblíopes) que solicitarem prova especial ampliada, serão oferecidas provas impressas em folha de formato A3.

6.4.1. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

6.5. As pessoas com deficiência visual (com perda de visão total) que solicitarem atendimento de leitor, será oferecido automaticamente o atendimento de transcritor e concedido o tempo adicional de 1h.

6.6. As pessoas com necessidade de tempo adicional, ser-lhes-á concedido o tempo de 1h, sendo necessário que conste, no documento médico encaminhado durante o período das inscrições, expressa necessidade de tempo adicional.

6.7. As pessoas com outro tipo de necessidade especial, ser-lhes-á concedido o atendimento de acordo com a razoabilidade do pedido, devendo constar expressamente em documento médico a necessidade e o motivo da concessão.

7. DA PROVA OBJETIVA

7.1. A prova objetiva tem caráter eliminatório e classificatório e as áreas temáticas, número de questões e o respectivo peso são os especificados nos quadros abaixo:

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

ÁREA TEMÁTICA	QUESTÕES	PESO
Língua Portuguesa	15	3,5
Matemática	10	2,0
Conhecimentos Específicos	15	4,5

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO COMPLETO

ÁREA TEMÁTICA	QUESTÕES	PESO
Língua Portuguesa	15	3,5
Informática	10	2,0
Conhecimentos Específicos	15	4,5

7.2. Para efeito do cálculo da nota da prova objetiva, será utilizado o seguinte modelo matemático:

$$X = \frac{\sum_{i=1}^n \lambda_i P_i}{10}$$

Onde:

n = número de áreas temáticas

P = peso da área temática

ê = pontuação obtida

7.3. As provas objetivas têm pontuação máxima igual a 1.020 (mil e vinte) pontos e para saber quanto vale cada questão de uma determinada área temática, dividimos a pontuação máxima pelo número de questões. Exemplo: Para a função de Auxiliar de Laboratório de Fotografia, há 10 questões de matemática, logo cada questão valerá pontos.

7.4. As provas objetivas serão compostas por 40 (quarenta) questões, todas de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas e somente 01 (uma) dentre elas deverá ser assinalada como correta.

7.5. A data de realização da prova objetiva consta no Anexo I, devendo-se observar que as provas para as funções de nível fundamental completo ocorrerão pela manhã, enquanto as provas para as funções de nível médio/técnico completo serão realizadas no período da tarde.

7.5.1. Durante o período da manhã, os portões serão abertos às 7h0min0s e fechados às 7h45min0s, as provas iniciar-se-ão às 8h0min0s e serão concluídas às 12h0min0s, podendo o candidato sair do local de provas a partir das 10h0min0s.

7.5.2. Durante o período da tarde, os portões serão abertos às 13h30min0s e fechados às 14h15min0s,

às provas iniciar-se-ão às 14h30min0s e serão concluídas às 18h30min0s, podendo o candidato sair do local de provas a partir das 16h30min0s.

7.5.3. O candidato que, entregando a prova, ausentar-se da sala antes de decorridas 2 (duas) horas do início da prova será eliminado do certame.

7.5.4. Havendo alteração da data prevista, a prova poderá ocorrer em domingos ou feriados, excetuando-se aos sábados.

7.6. As provas objetivas serão realizadas no Município de Campina Grande e, caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados localizados em escolas públicas urbanas, a CPCCon reserva-se ao direito de alocá-los em cidades próximas à determinada para aplicação das provas em um raio de até 100km, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.

7.7. A CPCCon e a Universidade Estadual da Paraíba não se responsabilizarão por eventuais coincidências de datas e horários de provas e quaisquer outras atividades.

7.8. As informações sobre o horário, local, sala e carteira onde o candidato realizará sua prova serão disponibilizadas na área do candidato conforme determinado no Anexo I, sendo de inteira responsabilidade do candidato obter a informação, o qual só poderá realizar a prova na data, horário e local constantes no Cartão de Inscrição.

7.9. Somente será admitido acesso à sala de provas o candidato que estiver portando documento de identidade original com foto que o identifique, sendo considerada válida a cópia autenticada.

7.9.1. Considera-se como documento válido para identificação do candidato: cédula de identidade (RG) expedida por Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pela Polícia Federal; a identidade expedida pelo Ministério das Relações Exteriores para estrangeiros; a identidade expedida por conselho de fiscalização profissional nos casos em que tenham validade como documento de identidade; a Carteira de Trabalho e Previdência Social; o Certificado de Reservista ou o Certificado de Dispensa de Incorporação; e Carteira Nacional de Habilitação com fotografia.

7.9.2. Não será considerada válida foto de documento de identidade.

7.9.3. O documento digital que tenha validade de documento de identidade com foto (e-título, CNH digital, identidade digital, por exemplo) será aceito apenas se acessado o aplicativo na frente dos fiscais, não sendo válida a captura de tela nem sendo garantido ao candidato conexão wi-fi para acesso à internet.

7.9.4. O cartão de inscrição não terá validade como documento de identidade.

7.10. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, não podendo o candidato justificar sua ausência pelo desconhecimento sobre a realização da prova, caracterizando-a como desistência do candidato e eliminação no Concurso Público.

7.11. A CPCCon solicitará aos candidatos, durante a aplicação das provas, a identificação digital na folha de respostas, bem como a transcrição da frase que estará destacada na capa do caderno de prova para a folha de respostas.

7.12. Na realização da prova escrita objetiva serão fornecidos o caderno de prova e a folha de respostas com os dados do candidato para aposição da assinatura em campo próprio e transcrição das respostas com caneta esferográfica de tinta preta ou azul produzida em material transparente.

7.12.1. O candidato que receber seu caderno de prova e/ou folha de respostas com quaisquer falhas de impressão, em branco ou para função diferente do escolhido não será prejudicado, devendo comunicar o fato ao fiscal de sala para registro em ata e requerer caderno de prova e/ou folha de respostas reserva, não sendo aceitos recursos em momento posterior à aplicação das provas, assumindo para si a responsabilidade caso não proceda conforme este subitem.

7.12.2. O candidato deverá assinalar a folha de respostas, único documento válido para a correção da prova, sendo seu preenchimento de inteira responsabilidade dele, que deverá proceder conforme as instruções específicas contidas no caderno de provas e na folha de respostas, não havendo substituição da folha de respostas por erro do candidato, o qual irá se responsabilizar inteiramente por prejuízos advindos de marcações feitas de forma incorreta na folha de respostas.

7.13. O candidato deverá comparecer ao local de prova designado pela CPCCon munido de caneta esferográfica de tinta preta ou azul produzida em material transparente para preencher os alvéolos na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitida a utilização de nenhum outro material para realização da prova.

7.13.1. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

7.13.2. Não deverá ser feita pelo candidato nenhuma marca fora dos campos reservados às respostas, à transcrição da frase ou à assinatura, sob pena de impossibilidade de leitura da folha de respostas.

7.14. Durante a realização da prova, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de celular, aparelhos eletrônicos, relógio, máquina calculadora, livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou empréstimo de material.

7.15. Ao terminar a prova, o candidato deverá comunicar o fiscal e entregar a este a folha de respostas e o caderno de provas, sob pena de eliminação, do candidato que se recusar a entregar.

7.16. Caso o candidato seja um dos últimos 3 (três) candidatos a entregar a prova, deverá permanecer na sala até o término das provas para assinar a ata de sala, devendo ser registrada em ata a eventual recusa a permanecer no local de provas, justificando-a.

7.17. Motivará a eliminação do candidato no Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou na legislação que regule o certame, nos comunicados, nas instruções ao candidato ou nas instruções constantes na prova, bem como o desacato a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.18. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

7.18.1. apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;

7.18.2. não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

7.18.3. não apresentar documento que bem o identifique;

7.18.4. ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

7.18.5. apresentar-se após o fechamento dos portões, conforme indicado nos subitens 6.5.1 e 6.5.2;

7.18.6. ausentar-se do local de provas antes de decorridas duas horas do início da prova escrita objetiva;

7.18.7. for surpreendido em comunicação com outras pessoas, portando ou utilizando-se de livro, anotação, impressos, bem como máquina calculadora ou similar;

7.18.8. se mantiver em uso ou posse de relógios de quaisquer tipos, bonés, lenços, e qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, caneta ou lápis não transparente, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares) bem como protetores articulares no interior da sala de aplicação da prova ou em qualquer local do setor da prova no horário de aplicação da mesma, sendo eliminado o candidato cujo aparelho celular ou equipamento eletrônico vibre e/ou soe alarme ou algum toque de chamada no interior da sala, corredores, banheiros ou qualquer ambiente do setor de provas, sem direito a recursos;

7.18.9. for pego portando celular ou equipamento similar na ida ao banheiro ou aos locais específicos para tomar água durante o horário de realização das provas;

7.18.10. abrir o saco plástico lacrado no interior da sala de prova;
 7.18.11. fazer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer meio não autorizado neste Edital, exceto no caderno de prova;
 7.18.12. estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
 7.18.13. lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
 7.18.14. não devolver a folha de respostas e o caderno de provas ao término de sua prova;
 7.18.15. não devolver a folha de respostas e o caderno de provas quando informado sobre o fim do tempo para a prova;
 7.18.16. perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
 7.19. Não será permitida a entrada do candidato na sala de prova com quaisquer dos objetos indicados no subitem 6.18.8, devendo eles serem acondicionados desligados e lacrados em saco plástico fornecido pela CPCo.

7.19.1. Somente será permitida a permanência do uso de protetor auricular se apresentado documento médico que ateste a necessidade da permanência, ficando o documento na posse da CPCo.

7.20. Por ocasião da realização da prova escrita objetiva:

7.20.1. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas.
 7.20.2. Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala até o término das provas, devendo assinarem a ata da sala, atestando a idoneidade da fiscalização da prova, e saírem da sala de uma só vez, sendo registrada em ata na presença destes candidatos o horário de término da prova.

7.20.3. Se algum dos três últimos candidatos se recusar a permanecer na sala de provas, deverá ser registrada em ata a justificativa e este candidato deverá assinar a ata colocando o horário em que saiu da sala, atestando a idoneidade da fiscalização da prova até o momento em que se ausentou do local de provas.

7.20.4. Quando, após a prova, for constatado, por qualquer meio que seja, que algum candidato utilizou quaisquer meios ilícitos, este será eliminado do Concurso Público.

7.20.5. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento do candidato da sala de prova.

7.20.5.1. Não se considera afastamento do candidato da sala de prova o deslocamento da candidata lactante para a sala de amamentação bem como seu retorno da sala de amamentação para a sala de prova.

7.21. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

7.22. As questões da prova escrita objetiva, o gabarito provisório e o gabarito definitivo serão divulgados no endereço eletrônico <https://cpcon.uepb.edu.br/uepb-002-2026/>, conforme previsto no Anexo I deste Edital.

7.23. Não será objeto de avaliação nas provas deste Concurso Público a legislação promulgada após a publicação deste Edital, sendo possível avaliar legislação que, publicada em data anterior, esteja na *vacatio legis*.

7.24. Será eliminado do Concurso Público, o candidato que na Prova Escrita Objetiva acertar menos de 600,00 (seiscentos) pontos na média ou obtiver nota zero em qualquer uma das Áreas Temáticas.

7.25. O candidato deverá guardar em bolsas ou sacos plásticos, entregues pela CPCo, quaisquer objetos, exceto o documento oficial de identidade com foto e a caneta esferográfica de tinta preta ou azul fabricada em material transparente.

7.26. Após o término da prova, o candidato deverá deixar imediatamente as dependências do local de prova, sendo terminantemente proibido ao mesmo fazer contato com candidatos e/ou abrir o saco plástico entregue pela CPCo na sala de prova, sob pena de eliminação dele no Concurso Público.

7.27. Ao candidato é igualmente proibido abrir sacola, bolsa, mochila ou objetos congêneres na sala de prova, sob pena de eliminação dele no Concurso Público.

7.28. A avaliação da prova será realizada por sistema eletrônico de processamento de dados, consideradas para esse efeito, exclusivamente, as marcações transferidas para a folha de respostas, sendo este o único documento válido para avaliação do candidato.

7.29. Aos candidatos que tiverem seu pedido de atendimento especial deferido, serão asseguradas provas e/ou locais especiais, a depender das necessidades específicas.

8. DA PROVA PRÁTICA

8.1. A Prova Prática será realizada nas cidades de lotação inicial das respectivas funções, devendo os candidatos comparecerem entre as 7h0min0s e as 7h30min0s da data informada no Anexo I no endereço informado no Edital de Convocação para a Prova Prática.

8.1.1. Os portões serão abertos no turno da manhã às 7h0min0s e serão fechados às 7h30min0s.

8.1.2. Não será permitida, em hipótese alguma, realização das provas em dia diverso do designado.

8.2. A prova prática será realizada no período da MANHÃ a partir das 8h0min0s, podendo se estender até o período da tarde até momento em que todos os candidatos convocados realizarem a prova.

8.2.1. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de prova e horário.

8.2.2. Ao candidato só será permitida a participação na prova na respectiva data, horário e local divulgados de acordo com este edital de convocação.

8.2.3. Dependendo do número de candidatos convocados, a ordem definida poderá fazer com que alguns candidatos esperem por mais tempo para serem avaliados, sendo recomendado ao candidato levar água e lanche para se alimentar, considerando que a prova pode se estender até o período da tarde.

8.3. A Prova tem o objetivo de identificar habilidades e aptidões do candidato para desenvolver tarefas e atividades compatíveis com a função e com as boas práticas profissionais

8.4. A Prova Prática pode ser composta por mais de uma etapa.

8.5. O tempo de prova para cada candidato constará nas instruções de prova, podendo esse ser diferente a depender da função, sendo eliminado o candidato que não concluir a prova no tempo regulamentado.

8.6. Serão convocados à prova prática os candidatos de acordo com o quadro abaixo:

FUNÇÃO	QUANTIDADE DE CANDIDATOS CONVOCADOS
Técnico em Agropecuária - CCAA/Campus II	06
Técnico em Prótese Dentária - CCBS/Campus I	
Técnico em Laboratório de Física - CCTS/Campus VIII	
Técnico em Radiologia - CCBS/Campus I	
Auxiliar de Laboratório de Fotografia - CCSA/Campus I	08
Técnico em Radiologia - CCTS/Campus VIII	

8.6.1. Caso mais de um candidato obtenha a mesma pontuação que o último candidato que seria convocado, todos terão a oportunidade de serem convocados.

8.6.2. Os candidatos que não forem convocados à prova prática, mas não forem eliminados do Concurso, poderão ser convocados pela Universidade Estadual da Paraíba em momento posterior, que ficará responsável, nesse caso, pela aplicação da prova.

8.7. O candidato deverá observar as instruções contidas no Edital de convocação para a prova prática, devendo seguir rigorosamente as prerrogativas estabelecidas.

8.8. A Prova Prática será composta por três ou mais etapas, sendo avaliada conforme detalhado a seguir, podendo ser subdivididas em itens objetivamente avaliados.

8.8.1. As etapas da Prova Prática de Técnico em Agropecuária com respectiva pontuação serão:

ETAPA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
ETAPA 1- Solo e Fertilidade	350 PONTOS
ETAPA 2- Irrigação e Climatologia	350 PONTOS
ETAPA 3- Fitossanidade e Segurança	300 PONTOS
TOTAL GERAL	1000 PONTOS

8.8.2. As etapas da Prova Prática de Técnico em Prótese Dentária com respectiva pontuação serão:

ETAPA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
ETAPA 1- Sequência de Paramentação com Equipamentos de Proteção Individual (EPI)	200 PONTOS
ETAPA 2- Montagem da Mesa Operatória e Organização dos Materiais	200 PONTOS
ETAPA 3- Confeção de Bases de Prova (Superior e Inferior)	300 PONTOS
ETAPA 4- Confeção de Planos de Cera (Superior e Inferior)	300 PONTOS
TOTAL GERAL	1000 PONTOS

8.8.3. As etapas da Prova Prática de Técnico em Laboratório de Física com respectiva pontuação serão:

ETAPA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
ETAPA 1- Identificação de componentes e organização da bancada	100 PONTOS
ETAPA 2- Montagem do experimento	250 PONTOS
ETAPA 3- Medição de grandezas	300 PONTOS
ETAPA 4- Verificação da lei estudada	200 PONTOS
ETAPA 5- Análise de erros e funcionamento do equipamento	150 PONTOS
TOTAL GERAL	1000 PONTOS

8.8.4. As etapas da Prova Prática de Auxiliar de Laboratório de Fotografia com respectiva pontuação serão:

ETAPA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
ETAPA 1- Operacional Básica e Conservação	300 PONTOS
ETAPA 2- Fluxo de Captura e Iluminação	300 PONTOS
ETAPA 3- Processamento, Metadados e Gestão de Saída	400 PONTOS
TOTAL GERAL	1000 PONTOS

8.8.5. As etapas da Prova Prática de Técnico em Radiologia com respectiva pontuação serão:

ETAPA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
ETAPA 1- Recebimento de requisição clínica para realização de aquisição de imagens radiográficas	300 PONTOS
ETAPA 2- Processamento químico e/ou pós-processamento radiográfico para apresentação das imagens	300 PONTOS
ETAPA 3- Avaliação da apresentação/montagem das imagens de acordo com solicitação clínica.	400 PONTOS
TOTAL GERAL	1000 PONTOS

8.9. O Edital de convocação para a prova prática poderá ou não desmembrar os critérios de análises da prova prática em subitens, bem como listar novos critérios de eliminação, desde que fundamentados.

8.10. Será considerado apto o candidato que atingir a pontuação mínima de 500 (quinhentos) pontos e não for eliminado. O candidato eliminado, faltoso ou que não atingiu a pontuação mínima de 500 (quinhentos) pontos será considerado inapto, sendo atribuída ao faltoso e ao eliminado a pontuação igual a zero.

8.11. A nota final será dada pela soma aritmética da pontuação obtida na prova prática e da prova objetiva.

8.12. A prova prática será filmada, não sendo fornecido aos candidatos cópia dos testes realizados.

9. DA CLASSIFICAÇÃO

9.1. A classificação dos candidatos dar-se-á na ordem decrescente das notas obtidas nas provas, por função de opção, sendo considerado eliminado o candidato que obtiver a nota inferior a 600,00 (seiscentos pontos).
 9.2. Os candidatos que se submeterem à segunda fase terão como nota final a soma aritmética da pontuação obtida na primeira fase com a pontuação obtida na segunda fase.

9.3. Na hipótese de igualdade da nota final e como critério de desempate, terá como preferência, sucessivamente, o candidato que:

9.3.1. Se enquadrar no Estatuto do Idoso na data da publicação do resultado final e tiver maior idade, considerando-se ano, mês e dia (Lei nº 10.741/2003);

9.3.2. Caso não se enquadre no Estatuto do Idoso, se houver segunda fase para a função, obtiver maior nota na prova prática;

9.3.3. Obter maior nota na área temática de:

9.3.3.1. Conhecimentos específicos.

9.3.4. Obter maior nota na área temática de:



- 9.3.5. Matemática, para as funções de nível fundamental completo;
 9.3.5.1. Informática, para as funções de nível médio/técnico completo;
 9.3.6. Obter maior nota na área temática de:
 9.3.6.1. Língua Portuguesa.
 9.3.7. Durante o período de inscrições tiver comprovado o efetivo exercício da função de jurado após a publicação da Lei nº 11.689/2008;
 9.3.8. Não sendo idoso nos termos legais, tiver maior idade, considerando-se ano, mês e dia;
 9.3.9. Persistindo o empate, o desempate será realizado por sorteio público.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. Serão admitidos recursos quanto:
 10.1.1. ao indeferimento de isenção;
 10.1.2. ao indeferimento de inscrição;
 10.1.3. ao indeferimento da solicitação para enquadramento na função de jurado;
 10.1.4. ao indeferimento da solicitação de condição especial para a prova objetiva;
 10.1.5. à inclusão de candidatos em lista de vagas reservadas;
 10.1.6. às questões das provas e gabaritos preliminares;
 10.1.7. ao resultado preliminar da prova prática;
 10.1.8. ao resultado preliminar da prova de títulos;
 10.2. O prazo para interposição de recursos dos subitens supracitados, após a concretização do evento que lhes disser respeito, terá como termo inicial o 1º dia subsequente à data do evento a ser recorrido e o prazo de 2 (dois) dias.
 10.3. Serão admitidos apenas recursos do próprio candidato, sendo vedada a interposição de recursos para contestar notas e/ou colocações de outros candidatos.
 10.4. Os recursos deverão ser interpostos através da área do candidato por intermédio do endereço disponibilizado em <https://sistemas.cpccon.uepb.edu.br/sigeps-app/login>.
 10.5. O texto do recurso deve ser inserido sem formatação, estando o candidato ciente de que o recurso é automaticamente enviado quando se pressiona a tecla *Enter* do teclado ou quando se pressiona o botão enviar na página do recurso, não sendo possível editar o recurso.
 10.6. O recurso extemporâneo e o intempestivo não serão aceitos, nem os enviados por fac-símile (fax), telex, e-mail, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.
 10.7. A Comissão Permanente de Concursos constitui a última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
 10.8. Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo não serão avaliados.
 10.9. O gabarito provisório poderá ser alterado em função dos recursos impetrados ou de ofício, sendo as provas corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, divulgado após o prazo recursal.
 10.10. As respostas dos recursos interpostos ficarão disponíveis na área do candidato que o interpôs.

11. DA HOMOLOGAÇÃO E DAS NOMEAÇÕES

- 11.1. O resultado final do Concurso Público será encaminhado pela Comissão Técnica para Planejamento e Execução de Concurso Público à Universidade Estadual da Paraíba, que irá homologá-lo e fará publicar nos meios de comunicação devidos.
 11.2. Nos termos das exigências previstas na Constituição Federal e na legislação vigente, o candidato convocado para nomeação deverá preencher os requisitos abaixo especificados:
 11.2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português a quem foi deferida a igualdade recíproca prevista no Decreto Federal nº 70.436, de 18 de agosto de 1971, ou ao estrangeiro nos casos previstos em lei.
 11.2.2. Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos.
 11.2.3. Possuir a escolaridade e as exigências da função para o qual concorreu, conforme previsto neste Edital e na legislação pertinente.
 11.2.4. Estar quite com as obrigações militares, se candidato do sexo masculino.
 11.2.5. Estar em gozo de seus direitos civis, políticos e eleitorais.
 11.2.6. Gozar de boa saúde física e mental e não possuir deficiência incompatível com o exercício das funções atinentes à função, atestado por meio da perícia médica oficial.
 11.2.7. Não haver sofrido, no exercício de atividade pública, penalidade por atos incompatíveis com o serviço público, nem possuir antecedentes criminais.
 11.2.8. Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, isto é, 75 (setenta e cinco) anos.
 11.2.9. Não receber proventos, oriundos de cargo, aposentadoria, emprego ou função, exercidos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou de suas autarquias, empresas ou fundações, conforme previsto no art. 37, § 10º da Constituição Federal, ressalvadas as acumulações permitidas, devendo o candidato apresentar certidão contendo o cargo e a carga horária exercida para fins de análise da possibilidade de acumulação.
 11.2.10. Não ter sido condenado nas condições previstas na Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e Lei Federal nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 2005, de 23 de setembro de 2021.
 11.3. O provimento das funções ficará a critério da Universidade Estadual da Paraíba, de acordo com as necessidades do órgão.
 11.4. A investidura nas funções obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final obtida por opção da função feita pelo candidato no ato de sua inscrição.
 11.5. No caso de desistência formal da nomeação, prosseguir-se-á a nomeação dos demais candidatos habilitados, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por função.
 11.6. No ato de convocação dos candidatos, à Universidade Estadual da Paraíba informará a relação de documentos e exames que deverão ser apresentados.
 11.7. Ao efetuar sua inscrição neste Concurso Público, o candidato declara estar ciente deste Edital e de seus anexos, dos requisitos do certame e aceita que, caso aprovado, deverá entregar todos os documentos comprobatórios exigidos.

- 11.8. O candidato que for nomeado e deixar de tomar posse no prazo legal, terá o ato de nomeação tornado sem efeito.
 11.9. O candidato que tomar posse e não entrar em exercício no prazo legal, será exonerado da função.
 11.10. Além da apresentação da documentação solicitada no ato de convocação do candidato, a posse do candidato ficará condicionada à realização de inspeção médica realizada pela Junta Médica Oficial indicada pela Universidade Estadual da Paraíba.
 11.11. O local onde o candidato realizou as provas não terá influência para efeito de lotação.
 11.12. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos para a investidura até a data da posse ou a prática de qualquer ilícito que comprometa a veracidade na comprovação de quaisquer requisitos para investidura na função acarretará a eliminação do candidato neste Concurso Público, ainda que já tenha sido publicada a homologação do resultado final, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. O candidato pode ser enquadrado nas seguintes situações neste Concurso Público:
 12.1.1. ELIMINADO, se foi eliminado por qualquer motivo, inclusive ausência.
 12.1.2. CLASSIFICADO, se fez todas as provas, atingiu as pontuações mínimas, mas não ficou posicionado dentro das vagas.
 12.1.3. APROVADO, se fez todas as provas, atingiu as pontuações mínimas e ficou posicionado dentro das vagas.
 12.2. Todas as convocações, inclusive após a publicação do resultado final, serão de responsabilidade da Universidade Estadual da Paraíba.
 12.2.1. Encontrar-se-ão disponíveis no endereço eletrônico <https://cpccon.uepb.edu.br/uepb-002-2026/>, todas as publicações de eventos ocorridos relacionados ao certame, ocorridos entre a publicação deste Edital e o resultado final, inclusive.
 12.3. Não será fornecido ao candidato qualquer certidão, declaração ou documento congênere a fim de atestar sua classificação no Concurso Público valendo, para esse fim, a homologação publicada pela Universidade Estadual da Paraíba.
 12.4. A CPCCon ficará responsável apenas pela divulgação do resultado final no endereço eletrônico <https://cpccon.uepb.edu.br/uepb-002-2026/>, de modo que todas as convocações, inclusive após a publicação do resultado final, serão de responsabilidade da Universidade Estadual da Paraíba, cabendo ao candidato acompanhar todas as convocações através dos meios oficiais de publicação dos atos da referida Universidade.
 12.4.1. O Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.
 12.5. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, verificadas a qualquer tempo, acarretarão a eliminação do candidato, sem prejuízo de eventual sanção cível, criminal e/ou administrativa.
 12.6. Caberá à Universidade Estadual da Paraíba a homologação do resultado final do Concurso Público.
 12.7. A inscrição do candidato implicará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções especiais para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
 12.8. Somente será objeto de avaliação nas provas do Concurso Público, a legislação promulgada até a publicação deste Edital, sendo possível avaliar legislação que, publicada em data anterior, esteja na *vacatio legis*.
 12.9. O acompanhamento das publicações de editais, avisos e comunicados pertinentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato, não sendo prestadas por telefone ou e-mail informações relativas à aplicação das provas nem ao resultado deste certame.
 12.10. É de inteira e exclusiva responsabilidade da Universidade Estadual da Paraíba publicar todas as convocações, editais e demais retificações nos meios de comunicação oficial da Universidade.
 12.11. À Universidade Estadual da Paraíba reserva-se o direito de nomear os candidatos em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e o número de vagas existentes.
 12.12. O candidato aprovado no Concurso Público só poderá desistir do respectivo certame de forma definitiva mediante requerimento endereçado à Universidade Estadual da Paraíba antes do ato de convocação à posse.
 12.13. As despesas relativas à participação do candidato em quaisquer das fases deste Concurso Público para provimento de funções da Universidade Estadual da Paraíba e à apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.
 12.14. É de inteira responsabilidade do candidato manter seu endereço, inclusive o eletrônico, e telefone atualizados até que se expire o prazo de validade do Concurso Público para viabilizar os contatos necessários.
 12.15. A Universidade Estadual da Paraíba e a CPCCon não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:
 12.15.1. endereço não atualizado;
 12.15.2. endereço de difícil acesso;
 12.15.3. correspondência devolvida por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
 12.15.4. correspondência recebida por terceiros.
 12.16. Após 180 (cento e oitenta) dias, os cadernos de provas, as folhas de resposta e o material utilizado na realização do Concurso Público serão desprezados.
 12.17. A Comissão Organizadora do Concurso Público, a CPCCon, poderá alterar as datas apresentadas no Anexo I, caso seja necessário, sem que haja ressarcimento da taxa de inscrição de quaisquer dos candidatos inscritos.
 12.18. Os casos omissos ou em que houver quaisquer dúvidas serão resolvidos pela Universidade Estadual da Paraíba, pela Comissão Organizadora do Concurso Público, a CPCCon, no qual cada um couber.

Campina Grande/PB, 15 de maio de 2026.

PROF.^a DR.^a CÉLIA REGINA DINIZ
REITORA

PUBLICOU AQUI, É OFICIAL!

DIÁRIO OFICIAL



GOVERNO DA PARAÍBA